

Boletim 28 - fevereiro de 1992  
JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO ADMINISTRATIVO  
ADMINISTRATIVO - FUNCIONÁRIO PÚBLICO  
EMENTA

ADMINISTRATIVO. FUNCIONÁRIO PÚBLICO. VANTAGEM. PRESCRIÇÃO. INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO.

- O direito de ação nasce do indeferimento na esfera administrativa.
- Ação ajuizada dentro do quinquênio legal.
- Citação retardada por culpa exclusiva da Justiça.
- A parte não deve ser penalizada com a prescrição, se ajuizou tempestivamente o seu pedido e efetuou o pagamento das custas logo a seguir.
- Prescrição inocorrente.

Apelação Cível nº 10.738 - PE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 28 de novembro de 1991, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - FUNCIONÁRIO PÚBLICO - URP

EMENTA

ADMINISTRATIVO. FUNCIONÁRIO PÚBLICO. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. URP. ABRIL E MAIO DE 1988. REFLEXOS MONETÁRIOS.

- A reposição dos percentuais das URPs de abril e maio de 1988 procedida pelo DL 2.523/88 e pela Medida Provisória nº 20, de 11.11.88, transformada na Lei nº 7.686/88, não implicou na plena satisfação dos valores devidos, vez que a persistência do fenômeno inflacionário tornou indispensável a correção monetária das diferenças apuradas.
- Precedentes desta Corte: I.U.J. na AC 8405/RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães.
- Recurso e remessa oficial, tida como interpostá, improvidos.

Recurso Ordinário nº 0086 - CE

Relator: Juiz Castro Meira

(Julgado em 13 de fevereiro de 1992, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - ENSINO SUPERIOR

EMENTA

ADMINISTRATIVO. ENSINO SUPERIOR. FATO CONSOLIDADO.

- 1 - Descabe alteração de situação escolar, consolidada pelo tempo, em face de liminar concedida. Precedentes.
- 2 - Remessa oficial improvida.

Remessa Ex Officio nº 4.570 - PE

Relator: Juiz Petrúcio Ferreira

(Julgado em 03 de dezembro de 1991, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - MILITAR - REFORMA

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MILITAR. REFORMA. ACIDENTE EM SERVIÇO. INCAPACIDADE PARA O SERVIÇO MILITAR.

- O militar definitivamente incapacitado, em decorrência de acidente em serviço, comprovado por atestado de origem, tem direito a reforma, ainda que não possua estabilidade e a incapacidade seja apenas para o serviço militar. Neste caso, a reforma deve ser concedida no mesmo posto ou graduação que possuía na ativa e com os proventos correspondentes, sem direito ao auxílio-invalidez.
- Apelação desprovida. Sentença confirmada.

Apelação Cível nº 6.845 - PE

Relator: Juiz Orlando Rebouças

(Julgado em 29 de novembro de 1990, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - PROFISSIONAL QUÍMICO

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA. EMPRESA QUE PRETENDE EXIMIR-SE DA OBRIGAÇÃO DE MANTER PROFISSIONAL QUÍMICO. EXECUTIVO FISCAL ANTERIORMENTE AJUIZADO. IMPROPRIEDADE DO WRIT.

- Existindo contra a impetrante processo administrativo que concluiu pela imposição de multa e conseqüente execução fiscal anteriormente ajuizada, o remédio processual adequado para a executada eximir-se da penalidade e da obrigação de manter profissional químico na sua atividade industrial não é o mandado de segurança, e sim os embargos à execução, ou, ainda, a ação ordinária, face à necessidade da produção de provas que demonstrem se a indústria está ou não incluída nas disposições do art. 335 da CLT.

- Caso em que, além de já existir contra a impetrante o processo de execução fiscal pertinente, inexistente prova pré-constituída da atividade industrial efetivamente realizada, bem como dos processos e matérias-primas nela empregados, o que torna o mandado de segurança inadequado para o atendimento à sua pretensão.

- Apelação desprovida. Sentença confirmada.

Apelação em Mandado de Segurança nº 2.310 - PE

Relator: Juiz Orlando Rebouças

(Julgado em 17 de outubro de 1991, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - MILITAR - LICENCIAMENTO

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MILITAR. PRESCRIÇÃO. ATO DE LICENCIAMENTO OCORRIDO EM 1937.

- Reclamação administrativa formulada em 1974, quando já se operara a prescrição.

- Inaplicabilidade ao caso da teoria da prescrição progressiva.

- Apelo improvido.

Apelação Cível nº 11.052 - PE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 11 de fevereiro de 1992 à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - FUNCIONÁRIOS - GRATIFICAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

EMENTA

ADMINISTRATIVO. FUNCIONÁRIOS DO ANTIGO MINISTÉRIO DA FAZENDA TRANSPOSTOS PARA O CARGO DE TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO.

- Somente quando houver redução de remuneração na nova função é que se aplica a regra do parágrafo 1º do art. 4º do Decreto-Lei 2.346/87.

- Falta de prova de tal pressuposto.

- Apelo improvido.

Apelação Cível nº 11.062 - CE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 11 de fevereiro de 1992, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA

EMENTA

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESMATAMENTO ÁREA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE.

PATRIMÔNIO NACIONAL A ENSEJAR A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

- Julgamento ultra petita que não se caracterizou face às disposições do art. 3º da Lei nº 7.347/85, que prevê como objeto da ação indenização em dinheiro ou obrigação de fazer ou não fazer.

- Conclusões da perícia que devem ser levadas em consideração, à míngua de outros elementos de prova.

- Corte seletivo de árvores que, ainda em pequena proporção, deve ser tido como danoso ao meio-ambiente, a ensejar indenização a ser apurada em liquidação para constituição do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados a ser gerido pelo competente Conselho Federal.

- Reconhecimento do interesse do terceiro adquirente de lote na área atingida, à vista da paralisação das atividades desenvolvidas no local.

- Litisconsórcio passivo necessário não caracterizado.

- Provimento parcial do apelo da ré e improvido do apelo do terceiro interessado.

Apelação Cível nº 7.106 - PE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 04 de fevereiro de 1992, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - IMPORTAÇÃO - GUIA

EMENTA

ADMINISTRATIVO. IMPORTAÇÃO. MOMENTO. AUSÊNCIA DE GUIA OU DOCUMENTO EQUIVALENTE. INFRAÇÃO.

1 - A infração prevista no Inciso I, alínea b, do Decreto-Lei nº 37/66, caracteriza-se quando da entrada da mercadoria estrangeira em território nacional.

2 - Importada, pois, a mercadoria do exterior sem que expedida estivesse a Guia de Importação, consumada a infração administrativa a justificar a imposição da multa respectiva.

3 - Apelo improvido.

Apelação Cível nº 8.620 - PE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 04 de fevereiro de 1992, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO

EMENTA

DESAPROPRIAÇÃO. COBERTURA VEGETAL. INCLUSÃO NO QUANTUM INDENIZÁVEL.

- As pastagens e matas naturais, por terem valor específico, distinto da terra nua, são indenizáveis.

- Precedentes desta Turma.

- Apelo e remessa oficial improvidos.

Apelação Cível nº 11.019 - CE

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 06 de fevereiro de 1992, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO CIVIL

CIVIL - USUCAPIÃO - TERRENO DE MARINHA

EMENTA

CIVIL. AÇÃO DE USUCAPIÃO. TERRENO DE MARINHA.

- Situação de que decorre o litisconsórcio da União Federal e a competência da Justiça Federal.

- Não tendo o autor sido parte em ação de reintegração na qual os proprietários de parte da área litigavam com terceiros, inexistiu quebra no exercício normal da posse.

- Prova de ocupação vintenária.

- Apelo improvido.

Apelação Cível nº 11.025 - CE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 11 de fevereiro de 1992, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO COMERCIAL

COMERCIAL .RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

EMENTA

EXECUÇÃO. SOCIEDADES COOPERATIVAS. RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS.

1 - A responsabilidade dos sócios, nas sociedades cooperativas, é meramente subsidiária. Somente respondem penalmente se comprovado que agiram ilicitamente.

2 - Sendo a sociedade possuidora de bens bastantes para garantir a execução e estando integralizado o seu capital, não há motivo para a penhora dos bens dos sócios cooperados.

3 - Remessa oficial improvida.

Remessa Ex Officio nº 8.615 - PE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 04 de fevereiro de 1992, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL - BLOQUEIO DE CONTAS BANCÁRIAS

EMENTA

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL. MANDADO DE SEGURANÇA. BLOQUEIO DE CONTAS BANCÁRIAS.

- Sentença que julgou além do pedido.

- Nulidade do excesso.
  - Demais preliminares rejeitadas.
  - Lei nº 8.024/90. Inconstitucionalidade declarada incidentalmente na AMS nº 2.379 - PE.
  - Bloqueio de contas bancárias sem o devido processo legal viola o direito de propriedade (art. 5º, itens XXII e LIV, da CF).
  - Apelação e remessa parcialmente providas.
- Apelação em Mandado de Segurança nº 5.041- PB

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado de 13 de fevereiro de 1992, à unanimidade)

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL - EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO

EMENTA

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. DÉBITO DE NATUREZA ALIMENTÍCIA. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO. SÚMULA Nº 01 - TRF/5ª R. AGRAVO IMPROVIDO.

"Na execução de dívida alimentícia da Fazenda Pública observa-se o rito do art. 730, CPC, expedindo-se precatório cujo pagamento tem preferência, em classe especial" (Súmula nº 01 - TRF/5º R.).

- Agravo improvido.

Agravo de Instrumento nº 1.302 - CE

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 12 de novembro de 1991, à unanimidade)

CONSTITUCIONAL - RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO

EMENTA:

CONSTITUCIONAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO.

1 - Cuidando a espécie de culpa objetiva sem que tenha ocorrido culpa concorrente, e atendendo ter restado provado o nexo de causalidade entre o fato e o dano causado ao particular, impõe-se reconhecer direito deste de ser ressarcido de seus prejuízos.

2 - Remessa oficial improvida.

Remessa Ex Officio nº 10.833 - PE

Relator: Juiz Petrócio Ferreira

(Julgado em 10 de dezembro de 1991, à unanimidade)

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL - DESAPROPRIAÇÃO - REFORMA AGRÁRIA

EMENTA

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA.

- A falta da lei complementar prevista no parágrafo 3º do art. 184 da Constituição Federal não impede a propositura da ação expropriatória especial.

- Aplicação do rito do Decreto-Lei 554/69, no que não conflitar com as garantias da ampla defesa e do contraditório.

- Havendo lacuna na lei, o Juiz deve preenchê-la, utilizando os recursos integrativos apropriados.

- Apelo provido.

Apelação Cível nº 10.991 - AL

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 11 de fevereiro de 1992, à unanimidade)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - BANCO ESTADUAL -LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL

EMENTA

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ATO DE BANCO ESTADUAL SUJEITO A LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL.

- Liquidante nomeado pelo Banco Central do Brasil.

- Hipótese de ato praticado por delegação.

- A liberação de depósitos da instituição liquidanda deve observar as disposições da Lei nº 6.024/74, que excepciona da observância do procedimento liquidatório os depósitos de valor inferior a 3.500 VRF.

- Apelo e remessa improvidos.

Apelação em Mandado de Segurança nº 4.732- RN

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 10 de dezembro de 1991, à unanimidade)

CONSTITUCIONAL FINSOCIAL

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

- Pedido circunscrito na declaração de inconstitucionalidade da cobrança do FINSOCIAL, à tese de que não restou recepcionado pela CF/88.
- Impossibilidade, à falta de pedido expresse, de julgar a inconstitucionalidade das alterações que sofreu tal exação.
- Pedidos que não se confundem.

Embargos de Declaração na AMS nº 3.617 - PE

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 07 de novembro de 1991, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PENAL

PENAL - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

EMENTA

PENAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA.

1 - Transitada em julgado para o Ministério Público a sentença condenatória que aplicou ao réu pena inferior a 1 ano, e decorridos mais de 2 anos entre o fato e a sentença, aplica-se à hipótese, retroativamente, (art. 110, § 2º do CPB) a prescrição da pretensão punitiva, restando prejudicado o exame do mérito da apelação (Súmula 241 - TFR).

- Apelação provida.

Apelação Criminal nº 0458 - PE

Relator: Juiz Petrucio Ferreira

(Julgado em 10 de dezembro de 1991, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

PREVIDENCIÁRIO -. PENSÃO

EMENTA

BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO. PARTILHA ENTRE A ESPOSA E A COMPANHEIRA.

EXISTÊNCIA DE UMA COTA (FILHA) NÃO OBJETO DO LITÍGIO. CÁLCULOS.

- Se a liquidação não levou em consideração a existência da cota da filha, a conta deve ser refeita, à evidência de erro.
- Estabelecido o valor total da pensão, deve ser abatida a cota da filha e, a seguir, dividido o saldo entre a mulher e a companheira do segurado.

Apelação Cível nº 11.135 - PE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 13 de fevereiro de 1992, à unanimidade)

PREVIDENCIÁRIO REVISÃO DE BENEFÍCIO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. CÁLCULO. CORREÇÃO.

Aplicação da Taxa Referencial como fator de correção dos débitos decorrentes de condenação judicial.

- Orientação uniforme da Justiça Federal.

Apelação que sustenta ter sido aplicado nos cálculos o Piso Nacional de Salários. Utilização do salário mínimo de referência, conforme informação da contadoria.

- Inexistência do equívoco alegado.

- Manutenção da sentença homologatória.

Apelação Cível nº 11.358 - CE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 13 de fevereiro de 1992, à unanimidade)

PREVIDENCIÁRIO - FGTS - TRABALHADORES RURAIS

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADORES RURAIS. CONTRIBUIÇÃO PARA O FGTS.

1 - Sob a égide da Lei 3807/69 e antes da Constituição de 1988, a empresa produtora de cana-de-açúcar estava isenta do recolhimento do FGTS relativo aos

trabalhadores rurais que prestassem serviço nas fazendas produtoras de cana-de-açúcar, porque sujeitos a regime próprio.

2 - Apelação improvida. Sentença confirmada.

Apelação em Mandado de Segurança nº 4.306 - AL

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 05 de novembro de 1991, à unanimidade)

PREVIDENCIÁRIO - PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. LEI 8.213/91, ART. 15, II, § 2º E ART. 26, C/C O ART. 40 DA CLT.

1 - A condição de desempregado prova-se tanto pelo registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho como pelas anotações na CTPS, art. 15, II, § 2º, Lei 8.213/91, c/c o art. 40 da CLT. Interpretação que se dá em face de se considerar a validade da norma em harmonia com o sistema jurídico no qual está inserida.

2 - Gozando as anotações da Carteira Profissional de presunção juris tantum - Súmulas 255 do STF e 12 do TST - não ofertada contraprova capaz de ilidi-la, não se lhes nega valor probatório.

3 - Nos termos do art. 26, I, da Lei 8.213/91, a pensão por morte, requerida nos autos, independe de carência.

4 - No caso, dos autos, a baixa do contrato de trabalho, registrada na CTPS do autor (19.11.86), prova o desemprego, estando, assim, prorrogada a qualidade de segurador, inclusive até o seu falecimento (25.04.88), vez que ocorreu antes de extinto o prazo de 24 meses (art. 15, II, § 2º, da Lei 8.213/91).

5 - Recurso provido.

Apelação Cível nº 10.731 - PE

Relator: Juiz Petrúcio Ferreira

(Julgado em 17 de dezembro de 1991, à unanimidade)

PREVIDENCIÁRIO - BENEFÍCIO - CORREÇÃO MONETÁRIA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. DEMORA NO PAGAMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA.

- Os benefícios previdenciários de natureza pecuniária em atraso, ainda que pagos administrativamente, devem ser monetariamente corrigidos, nada impedindo que venha o segurador a pleitear judicialmente essa correção, se necessário.

- Precedentes do extinto TFR e deste Egrégio TRF da 5ª Região (AC 113.716 - RN - Rel. Min. Otto Rocha. AC 094-PE - Rel. Juiz José Delgado).

Apelação desprovida. Sentença confirmada.

Apelação Cível nº 7.335 - CE

Relator: Juiz Orlando Rebouças

(Julgado em 29 de novembro de 1990, à unanimidade)

PREVIDENCIÁRIO PENSÃO POR MORTE

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE DA ESPOSA. DIREITO RECONHECIDO NO ART. 201, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

- Auto-aplicabilidade, dada a desnecessidade de qualquer detalhamento para a execução.

- Superveniência da Lei 8.213/91.

- Incidência que cumpre ao Juiz levar em conta (art.462, CPC), quando não importa em alteração da causa.

- Apelo e remessa improvidos.

Apelação em Mandado de Segurança nº 4.958- AL

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 11 de fevereiro de 1992, à unanimidade)

PREVIDENCIÁRIO - TRABALHADORES DA AGROINDÚSTRIA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. EXECUÇÃO. TRABALHADORES DA AGROINDÚSTRIA. CONTRIBUIÇÕES. REGIME ANTERIOR À CF DE 1988.

- 1 - Os empregados da agroindústria que prestam serviços no campo, ou seja, de natureza rural, não se incluem no regime geral da previdência social.
- 2 - Improcedente a execução que se funda em cobrança de débito relativo a FGTS de trabalhadores rurais.
- 3 - Apelação provida. Embargos procedentes.

Apelação Cível nº 8.637 - PB

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 11 de fevereiro de 1992, à unanimidade)

PREVIDENCIÁRIO - REEMBOLSO DE DESPESAS

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO DE REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICO-HOSPITALARES REALIZADAS NO EXTERIOR.

- Segurado que se encontrava estudando no exterior quando foi acometido de leucemia mielóide aguda.
- Urgência e impossibilidade de realização do tratamento no país, que ensejam o direito de ressarcimento das despesas efetuadas pelos autores pela autarquia previdenciária.
- Recurso provido.

Apelação Cível nº 10.359 - PE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 04 de fevereiro de 1992, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - SUSPENSÃO DE SEGURANÇA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. DESPACHO QUE DEFERE A SUSPENSÃO DA SEGURANÇA. EXISTÊNCIA DE GRAVE AMEAÇA À ORDEM PÚBLICA. SENTENÇA SUJEITA AO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO OBRIGATÓRIO.

- 1 - O Tribunal de Contas de Pernambuco, em que pese a autonomia propalada nos autos, é apêndice técnico de assessoramento do Poder Legislativo. Este, por sua vez, integra o Estado, enquanto pessoa jurídica de Direito Público tripartida, daí, não caber a aludida ilegitimidade.
- 2 - Não se trata de writ, mas de pedido de suspensão da execução da sentença concessiva de segurança, instituto diverso, pertinente quando da potencialidade de dano ao interesse público, em suas várias manifestações, logo, é irrelevante o fato do Estado de Pernambuco ter ou não ter interposto apelação da referida sentença.
- 3 - O writ coletivo, exceto por suas peculiaridades no que tange à legitimidade ativa, segue as regras do mandamus individual, motivo pelo qual não merece acolhida a tese de lhe ser dispensável, caso deferida a segurança, o duplo grau de jurisdição.
- 4 - Em tese, não está comprovada à saciedade a alegativa de ser a função de Auditor de Contas Públicas privativa de Bacharel em Ciências Contábeis. A matéria demanda discussões mais aprofundadas, com interpretação dos diplomas legais atinentes ao tema, incompatíveis com a via expedita do mandado de segurança.
- 5 - A possibilidade das vagas disponíveis serem reduzidas à metade, caso não ocupadas até o final de 1991, em prejuízo das atividades do Tribunal de Contas, denotaram a evidência da potencialidade de grave dano ao interesse público.
- 6 - Agravo improvido. Despacho mantido.

Agravo Regimental na Suspensão de Segurança nº 0222 - PE

Relator: Juiz José Delgado

(Julgado em 19 de fevereiro de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DECLARATÓRIOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. ACÓRDÃO QUE, EM EMBARGOS INFRINGENTES, ESGOTA TODA A MATÉRIA OBJETO DE DIVERGÊNCIA ENTRE OS JULGADORES DA TURMA. IMPROCEDÊNCIA.

1 - A alegação de que a perícia realizada nos autos afigura-se irregular, não tem pertinência, vez que é matéria que se tornou preclusa a partir de pronunciamento desta Corte, em agravo de instrumento.

2 - Se o decisório abordou todos os pontos em que se manifestou divergência entre o voto vencido e o posicionamento afinal vencedor, não merece guarida os embargos declaratórios, interpostos com o preciso fim de esclarecer acerca de omissão no decisum.

3 - Embargos declaratórios improcedentes.

Embargos Declaratórios nos Embargos Infringentes em Apelação Cível nº 8.162 - PE  
Relator: Juiz José Delgado

(Julgado em 05 de fevereiro de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - COMPETÊNCIA  
EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. COMPETÊNCIA. UNIÃO FEDERAL OU SUAS AUTARQUIAS CONTRA EXECUTADO DOMICILIADO NO INTERIOR.

- Súmula 40 do ex-TFR: "A execução fiscal da Fazenda Pública será proposta perante o Juiz de Direito da Comarca do domicílio do devedor, desde que não seja ela sede de Vara da Justiça Federal".

- CF - 1988: art. 109, § 3º. Lei nº 5.010/66, art. 15, I.

- Impossibilidade de ajuizamento de execução fiscal, na situação descrita na súmula, perante a Vara Federal, na capital do Estado (STF - Pleno: RTJ 91/351 - in CPC e Legislação processual em vigor, 19ª edição, pág. 677 - Theotônio Negrão).

Agravo de Instrumento nº 1.651 - RN

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 12 de dezembro de 1991, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - CAUTELAR - CONTRATO DE DEPÓSITO BANCÁRIO  
EMENTA

AÇÃO CAUTELAR. CONTRATO DE DEPÓSITO BANCÁRIO. TÍTULOS DE RENDA PRÉ-FIXADA. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 294. DEFLATORES.

- A simples edição de normas reguladoras de contratos bancários não torna indispensável a presença da União e do BACEN na relação processual.

- Excluídas da causa as citadas pessoas jurídicas de direito público, é a Justiça Federal incompetente para julgar a lide remanescente com referência ao BRADESCO, depositário.

- Preliminar de nulidade parcialmente acolhida.

Apelação Cível nº 10.932 - RN

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 12 de dezembro de 1991, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DO DEVEDOR  
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DO DEVEDOR. AUSÊNCIA DE PREPARO. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO FEITO.

- As custas iniciais devem ser recolhidas no prazo de trinta dias, contado da ciência do despacho que determinar o seu pagamento.

- Necessidade de intimação prévia da parte interessada.

- Inteligência da Súmula 111 do ex-TFR.

- Provimento parcial da apelação.

Apelação Cível nº 10.964 - PE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 12 de dezembro de 1991, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS  
EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. CANCELAMENTO. DECRETO-LEI Nº 2.303/86.



- A anistia fiscal de que trata o art. 29 do Decreto-Lei nº 2.303/86 não abrange os débitos referentes a contribuições previdenciárias.
- A expressão Fazenda Nacional não compreende as autarquias federais.
- Apelação provida.

Apelação Cível nº 10.801 - PE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 28 de novembro de 1991, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - MS - INCABIMENTO

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA.

- A sentença de mérito somente pode ser proferida na fase própria.
- Incabível antecipação de julgamento, com supressão das fases de defesa (informações) e de audiência do Ministério Público.
- Caso de indeferimento da inicial ( Lei n 1.533/51, art. 8º).
- Incabível segurança que não demonstra o justo receio da prática do ato.
- A simples edição de norma tributária não constitui ameaça a empresa que não prova sequer a condição de contribuinte da exação.
- Pedido formulado genericamente.
- Lei em tese. Incabimento do writ.

Apelação em Mandado de Segurança nº 4.554- PE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 21 de novembro de 1991, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - MS - PRAZO DECADENCIAL

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. PRAZO DECADENCIAL. BLOQUEIO DE CRUZADOS NOVOS. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 168, DE 15.03.90.

- Se o bloqueio foi determinado por lei de efeitos concretos, com lesão aos direitos dos depositantes, dela passou a fluir o prazo de 120 dias para ajuizamento da ação mandamental.
- A Lei 8.177/91 não tratou de bloqueio de depósitos. Segurança ajuizada após o prazo decadencial. Indeferimento da inicial.
- Sentença mantida.

Apelação em Mandado de Segurança nº 4.882- CE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 12 de dezembro de 1991, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - REMESSA DE PEÇAS AO MINISTÉRIO PÚBLICO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. REMESSA DE PEÇAS AO MINISTÉRIO PÚBLICO. ATO DE OFÍCIO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECONHECIMENTO, PELO RÉU, DO DIREITO DO AUTOR. EMPRESA PÚBLICA.

- 1 - Embargos de Terceiro onde se reconhece a exclusão de imóvel das embargantes; argúi a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL que a indicação se deu em razão de declaração falsa do executado, de a ele pertencer o bem.
- 2 - A determinação de remessa de peças ao Ministério Público, pelo MM. Juiz Federal, é dever de ofício, não cabendo às embargantes impugná-la, se a elas tal providência não trará prejuízo, carecendo, assim, de interesse, pois o que se pretende é a apuração da existência de crime praticado pelo executado.
- 3 - Honorários advocatícios. Aplica-se a regra do art. 26, combinado com o art. 20, § 3º, do CPC.
- 4 - Provimento parcial da apelação para fixar em 10% sobre o valor da causa a carga honorária.

Apelação Cível nº 10.358 - AL

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 26 de novembro de 1991, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - MS - IMPETRAÇÃO CONTRA PESSOA JURÍDICA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRAÇÃO CONTRA PESSOA JURÍDICA. INADMISSIBILIDADE.

- É inadmissível a impetração do writ contra pessoa jurídica.
- Apelação improvida.

Apelação em Mandado de Segurança nº 4.509- PE

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 03 de dezembro de 1991, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - CAUTELAR - ILEGITIMIDADE

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CAUTELAR. GERENTE DE BANCO. ILEGITIMIDADE.

- O gerente da instituição financeira é parte ilegítima para pleitear em nome próprio em favor da entidade que gerencia.
- Agravo não conhecido.

Agravo de Instrumento nº 1.443 - AL

Relator: Juiz Castro Meira

(Julgado em 06 de fevereiro de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - SENTENÇA CITRA PETITA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. SENTENÇA CITRA PETITA. VALIDADE. BENEFÍCIO. INTELIGÊNCIA DO ART. 3º DO DECRETO-LEI Nº 1.564/77 E ART. 59, § 1º DA LEI Nº 7.450/85.

- Não merece reproches a sentença que concede menos do que foi postulado na inicial.
- Precedentes.
- Pacificou-se o entendimento da Corte no IUJ na AC nº 9441-PE. "A empresa que teve reconhecido o direito à isenção do Imposto de Renda, de conformidade com o art. 13 da Lei nº 4.239, de 27.06.63, com a redação dada pelo art. 1º do Decreto-Lei nº 1.564, de 29.06.77, antes do advento da Lei nº 7.450, de 23.12.85, tem direito adquirido de ver seu pedido de prorrogação examinado pela SUDENE e obter a ampliação do benefício por até mais cinco anos, se comprovado o atendimento das condições estabelecidas no art. 3º do Decreto-Lei nº 1.564, de 29.06.77."

- Apelações e remessa improvidas.

Apelação Cível nº 10.271 - PE

Relator: Juiz Castro Meira

(Julgado em 13 de fevereiro de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO - SENTENÇA ULTRA PETITA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. SENTENÇA ULTRA PETITA. SÚMULA Nº 260/TFR.

- Não havendo pedido para declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 8.197/91 (art. 4º), a sentença foi proferida ultra petita, não devendo ser observada no particular.
- "No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral do aumento verificado, independentemente do mês da concessão, considerado, nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado." (Súmula 260/TFR).

- Apelo parcialmente provido.

Apelação Cível nº 11.093 - PB

Relator: Juiz Castro Meira

(Julgado em 13 de fevereiro de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DE REQUISITOS

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRÉ-QUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA DE REQUISITOS.

- O propósito do pré-questionamento da matéria sub judice, por si mesmo, não acarreta a admissibilidade dos embargos declaratórios. Seria necessária a presença dos requisitos específicos do recurso processual, o que incorre no presente caso.

- Embargos rejeitados.

Embargos de Declaração na AMS nº 4.617 - CE

Relator: Juiz Castro Meira

(Julgado em 13 de fevereiro de 1992, à unanimidade )

PROCESSUAL CIVIL EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - CABIMENTO

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO A RECURSO IDÊNTICO. CABIMENTO. OMISSÃO INEXISTENTE.

- É cabível, em tese, o recurso de embargos de declaração em recurso idêntico.

- Descabe, porém, o recurso para que sejam examinados todos os argumentos do embargante, sobretudo quando a tese principal foi adequadamente repelida pela Turma.

- Embargos rejeitados.

Embargos de Declaração ao Acórdão prolatado nos Embargos Declaratórios

Interpostos na REO nº 2.186 - RN

Relator: Juiz Castro Meira

(Julgado em 13 de fevereiro de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E TRABALHISTA - SINDICATO REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL

EMENTA

PROCESSUALCIVIL. SINDICATO. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL.

- O art. 8º, III, da Constituição Federal, nada acrescentou às normas já existentes, pelo que não pode o Sindicato comparecer a juízo, como substituto dos membros da categoria, fora dos casos permitidos em lei.

"Mesmo quando o Sindicato age como substituto, está compelido na formulação da inicial a apresentar as postulações concretas dos substituídos, seus nomes e qualificações." (Apelações Cíveis nºs 9906-RN e 9386-SE, Rel. Juiz Ridalvo Costa).

- Processo extinto sem exame do mérito.

Recurso Ordinário nº 0407 - PE

Relator: Juiz Castro Meira

(Julgado em 13 de fevereiro de 1992, por maioria)

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - NÃO CONHECIMENTO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL AGRAVO DE INSTRUMENTO.

1 - Objetivando-se em Agravo de Instrumento reforma de sentença homologatória, com reexame do mérito daquela sentença, matéria cuja apreciação não tem residência em agravo de instrumento, não se conhece de tal recurso.

Agravo de Instrumento nº 1.441 - PE

Relator: Juiz Petrócio Ferreira

(Julgado em 10 de dezembro de 1991, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - SENTENÇA - NULIDADE

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA. NULIDADE.

1 - Deduzidos na inicial pedidos cumulativos que não são conflitantes entre si, a sua não apreciação na sentença se constitui em omissão, que não sanada via Embargos Declaratórios no Juízo do 1º grau, impõe a nulidade do decisum, de modo a evitar-se supressão de instância.

2 - Apelação provida.

Apelação Cível nº 10.739 - PE

Relator: Juiz Petrócio Ferreira

(Julgado em 10 de dezembro de 1991, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - NÃO OUVIDA DE PARTE

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. JUNTADA DE DOCUMENTOS. NÃO OITIVA DA OUTRA PARTE. NULIDADE. SUNAB. INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO. EXIBIÇÃO DE PREÇOS. MULTA. APLICAÇÃO.

1 - Cuidando a hipótese de documento irrelevante para o julgamento, não constitui nulidade a não oitiva, a seu respeito, da outra parte (precedentes do STJ).

2 - Preliminar rejeitada.

3 - Restando provado o não atendimento à regra do art. 11, c, da Lei Delegada 04/62, não há como anular-se o auto de infração que impôs ao infrator multa dentro dos limites legais (Lei 8.035/90).

4 - Apelação improvida.

Apelação Cível nº 10.812 - PE

Relator: Juiz Petrúcio Ferreira

(Julgado em 17 de dezembro de 1991, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPACHO INDEFERITÓRIO DE PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.

- A simples consideração ao valor nominal de remuneração mínima não é suficiente para embasar o indeferimento a pedido de assistência judiciária gratuita.

Ademais, a afirmação dos requerentes de que não podem arcar com as despesas processuais merece fé, eis que prestada ao amparo do art. 4º da Lei nº 1.060/50, com a redação da Lei nº 7.510/86.

- Agravo de instrumento provido.

Agravo de Instrumento nº 0511 - SE

Relator: Juiz Orlando Rebouças

(Julgado em 22 de novembro de 1990, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULOS DA LIQUIDAÇÃO

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULOS DA LIQUIDAÇÃO. CRITÉRIO DE CORREÇÃO DA OTN. DL 2.290/86.

- Na atualização de cálculos da liquidação, devem ser observados os critérios legais vigentes no período por ela abrangido e considerada a inflação no mesmo ocorrida.

- O Decreto-Lei nº 2.290/86 não estabeleceu que a correção monetária da OTN no período de março de 1986 a fevereiro de 1987 se efetuasse proporcionalmente a cada mês (pro rata tempore), e sim que o seu valor permanecesse inalterado até 28.02.87, sendo então corrigido de uma só vez e, a partir daí, mensalmente.

- Agravo de Instrumento desprovido.

Agravo de Instrumento nº 0548 - AL

Relator: Juiz Orlando Rebouças

(Julgado em 29 de novembro de 1990, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

EMENTA

EXECUTIVO FISCAL. FAZENDA NACIONAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DECRETO-LEI Nº 1.025/69.

- Uma vez opostos embargos à execução fiscal, com o questionamento do débito em Juízo, a fixação prévia dos honorários advocatícios, ao arbítrio do Juiz, para a hipótese de pronto pagamento, perde a razão de ser.

- E uma vez rejeitados os embargos, deve a fixação dos honorários devidos à Fazenda Nacional observar o disposto no art. 1º do Decreto-Lei nº 1.025/69, que impõe esse encargo ao devedor no percentual de 20% (vinte por cento).

- Agravo a que se dá provimento.

Agravo de Instrumento nº 0683 - AL

Relator: Juiz Orlando Rebouças

(Julgado em 22 de novembro de 1990, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - MS - LEVANTAMENTO DE FGTS

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. LEVANTAMENTO DO FGTS. SENTENÇA CONCESSIVA JÁ CUMPRIDA.

APELAÇÃO E REMESSA SEM OBJETO.

- Se a sentença concessiva da segurança já foi cumprida, satisfeita a pretensão da impetrante de levantar o saldo do FGTS depositado em seu favor, a apelação interposta e a remessa ex officio resultam sem objeto, porquanto, ainda que providas fossem, seria inócuo, pois além de haver a impetrante feito a retirada ao pátio de decisão judicial, cujo recurso não tem efeito suspensivo, não poderia ser compelida à reposição da quantia levantada, por não ser o mandado de segurança substitutivo de ação de cobrança (Súmula 269 do STF).

- Apelação e remessa ex officio prejudicadas.

Apelação em Mandado de Segurança nº 4.079 -CE

Relator: Juiz Orlando Rebouças

(Julgado em 17 de outubro de 1991, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - ILEGITIMIDADE PASSIVA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. OMISSÃO DO ACÓRDÃO. ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS. PRELIMINAR REJEITADA.

- Havendo o acórdão embargado omitido a apreciação de preliminar argüida pela Caixa Econômica Federal, litisconsorte passiva na ação, são cabíveis os embargos de declaração para o fim de ser suprida a omissão apontada, mas para rejeitar-se a preliminar, declarando-se a embargante parte legítima para compor o pólo passivo da ação, na qual se pleiteia a liberação de cruzados novos depositados na CEF e bloqueados pela Lei nº 8.024/90.

- Embargos providos.

Embargos de Declaração na AMS nº 3.483 - PE

Relator: Juiz Orlando Rebouças

(Julgado em 10 de outubro de 1991, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - EXECUÇÃO FISCAL - NULIDADE

EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. RESOLUÇÃO BACEN Nº 454, DE 16.11.77.

- A emissão de simples telex para apresentação da documentação exigida não supre a necessidade de intimação a que alude o art. 2º da Resolução BACEN 454/77.

- Execução que se anula.

- Embargos procedentes.

- Apelo provido.

Apelação Cível nº 8.329 - CE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 11 de fevereiro de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO

EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO. INOCORRÊNCIA DE LITISPENDÊNCIA EM VISTA DA DIVERSIDADE DE PEDIDOS.

- Não é de se reconhecer nulo o auto de infração se não houve prejuízo à defesa do contribuinte.

- Arbitramento de lucro que não se coaduna com a hipótese dos autos.

- Não cabe a tributação pelo fisco com base em simples informações do contador que não são bastantes à caracterização de passivo fictício.

- Necessidade de apoio de tais informações em escrita contábil.

- Sentença que se mantém.

Apelação Cível nº 8.369 - AL

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 04 de fevereiro de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - MS - SENTENÇA LIBERATÓRIA DE FGTS

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. SENTENÇA LIBERATÓRIA DE FGTS. EFEITO SUSPENSIVO PARA A APELAÇÃO. INCABIMENTO DO WRIT. AUSÊNCIA DE PERICULUM IN MORA E DE FUMUS BONI JURIS.

1 - Não há infringência à Lei nº 8.076, de 23.08.90, se a sentença para a liberação das importâncias depositadas em nome do impetrante no Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço não se fundamentou na Lei nº 8.036/90, mas sim na dicção da Súmula nº 178, do ex-TFR. Precedentes do Tribunal.

2 - Voto vencido do Relator que entendia que a execução deveria aguardar a decisão de segundo grau, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.076/90.

3 - Segurança denegada.

Mandado de Segurança nº 3.433 - CE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

Relator p/Acórdão: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 05 de fevereiro de 1992, por maioria)

PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL OU GARANTIA DE SUAS DECISÕES.

- Lei nº 8.038/90, art. 7º, e Inciso IX, do Regimento Interno do TRF - 5º Região.

- Decisão emanada de Turma julgadora.

- Competência do Plenário para apreciação e julgamento do feito.

- Cometimento do processo ao Tribunal Pleno.

Reclamação nº 0005 - CE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 04 de fevereiro de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - EXECUTIVO FISCAL - ARQUIVAMENTO

EMENTA

EXECUTIVO FISCAL.

- Arquivamento por falta de movimentação do feito não implica sua extinção.

- A qualquer tempo poderá ele retomar o seu curso regular, logo que sejam identificados bens suficientes para cobrir o débito.

- Inteligência do art. 40, §§ 2º e 3º, da Lei nº 6.830/80.

- Apelo provido. Sentença reformada. Decisão unânime.

Apelação Cível nº 10.565 - CE

Relator: Sr. Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 21 de novembro de 1991, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL - POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE TERCEIRO. BEM PARTICULAR DA MULHER. POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO.

- Penhorado bem particular da mulher, embargante, que tem como pretensão excluir da execução seus bens particulares ou, no mínimo, sua meação, nasce a possibilidade jurídica do pedido, à luz do que dispõe o art. 1.046, caput, e especificamente o seu § 3º do CPC.

- A exclusão ou não da meação, nos casos de obrigações fiscais, é questão que se confunde com o mérito dos embargos de terceiro, pelo que não autorizado o indeferimento de plano da inicial.

- Recurso de apelação provido.

Apelação Cível nº 10.686 - PE

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 28 de novembro de 1991, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - PRECLUSÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. MATÉRIA NÃO IMPUGNADA EM MOMENTO OPORTUNO. PRECLUSÃO.

- A via apelatória não se presta à irresignação contra matéria não impugnada em momento oportuno, face à sua preclusão.

- Apelo de que não se conhece. Decisão unânime.

Apelação Cível nº 11.117 - PE

Relator: Juiz Francisco Falcão  
(Julgado em 06 de fevereiro de 1992, à unanimidade)  
JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL  
PROCESSUAL PENAL - SENTENÇA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA  
EMENTA

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SENTENÇA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA DETERMINANDO O PAGAMENTO DE DIFERENÇAS DE REAJUSTE DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.

- Execução provisória de dívida de dinheiro que deveria obedecer ao devido procedimento.

- Ilegalidade manifesta.
- Descaracterização da desobediência.
- Ordem deferida.

Habeas Corpus nº 0186 - RN

Relator: Juiz Lázaro Guimarães  
(Julgado em 11 de fevereiro de 1992, por maioria)  
PROCESSUAL PENAL - ORDEM JUDICIAL

EMENTA

HABEAS CORPUS. CRIME DE DESOBEDIÊNCIA. ORDEM JUDICIAL.

- Desaconselhável o trancamento da ação penal, via habeas corpus, sob alegação de ilegalidade da ordem.
- Embora a decisão judicial tenha sido cassada pelo Tribunal, a ilegalidade da ordem não se apresenta tão flagrantemente de modo a merecer, de pronto, o juízo da inexistência do crime.

Habeas Corpus nº 0154 - CE

Relator: Juiz Francisco Falcão  
(Julgado em 05 de dezembro de 1991, à unanimidade)  
JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO TRIBUTÁRIO  
TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA - ISENÇÃO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. ISENÇÃO. FATO GERADOR PRETÉRITO. DECRETO-LEI 1.260/73. SENTENÇA CONCISA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.

- 1 - Não se revela nula a sentença proferida de maneira concisa, descrita a análise dos fatos e da legislação aplicada. Preliminar afastada.
- 2 - A isenção prevista no Decreto-Lei 1.260/73 só atinge o lucro auferido após a edição daquele diploma.
- 3 - Venda à prestação, cujo pagamento se deu em parcelas, o sinal pago antes da vigência do Decreto-Lei não encontra lugar na isenção concedida a partir da publicação. Interpretação restritiva (art. 111, II, do CTN).
- 4 - Parcelas posteriores beneficiadas. Integralização comprovada. Inteligência do "efetivo recebimento do preço".
- 5 - Apelação parcialmente provida.

Apelação Cível nº 10.310 - PE

Relator: Juiz Araken Mariz  
(Julgado em 10 de dezembro de 1991, à unanimidade)  
TRIBUTÁRIO - EMPRESA AVÍCOLA - ALÍQUOTA ESPECIAL

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EMPRESA AVÍCOLA. RECEITAS DIVERSAS. LIMITE OBEDECIDO. ALÍQUOTA ESPECIAL. ART. 278, § 2º, RIR/80. APLICAÇÃO.

- A empresa avícola, cujas receitas diversas não ultrapassem o limite de cinco por cento das receitas geradas pelas suas atividades próprias, tem direito a se beneficiar da alíquota especial de seis por cento, nos termos do art. 278, § 2º, do RIR/80.

- Restam nulos os atos normativos que criam restrições a tal benefício não previstas em lei.

Apelação e remessa oficial, tida como interposta, improvidas.

Apelação Cível nº 10.407 - SE

Relator: Juiz Araken Mariz .

(Julgado em 10 de dezembro de 1991, à unanimidade)  
TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. MOEDA ESTRANGEIRA E PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL. RESOLUÇÃO N° 1.154/86 - BACEN. INCONSTITUCIONALIDADE.

- O empréstimo compulsório criado através da Resolução 1.154/86 - BACEN - configura-se, na realidade, em tributo, e, sendo instituído através de ato administrativo, fere o princípio da reserva legal.
- Ocorrência do bis in idem em relação ao Imposto sobre Operações de Câmbio, estabelecido pelo Decreto-Lei n° 1.783/80.
- Inconstitucionalidade declarada pelo Pleno do Egrégio Tribunal Federal de Recursos, no julgamento da AMS n° 126.803 - BA.
- Redução da verba honorária.
- Remessa oficial parcialmente provida e improvimento da apelação.

Apelação Cível n° 10.795 - CE

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 03 de dezembro de 1991, à unanimidade)

TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA - PESSOA JURÍDICA

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. PESSOA JURÍDICA. ATO JURÍDICO PERFEITO. DECRETOS-LEIS 1.704/79 E 1967/82.

- 1 - Efetuado o recolhimento do Imposto de Renda do exercício financeiro de 1983, ano-base de 1982, antecipadamente, segundo critérios estabelecidos no DL 1.704/79, não alcança tais antecipações os efeitos do DL 1.967/82, em respeito ao instituto constitucional do ato jurídico perfeito (art. 153, § 3º, da CF - 1967 -, na redação que lhe deu a Emenda Constitucional n° 01/69).
- 2 - Provimento da apelação do particular e improvimento da apelação da União e da remessa oficial.

Apelação em Mandado de Segurança n° 4.320 - PE

Relator: Juiz Petrócio Ferreira

(Julgado em 17 de dezembro de 1991, por maioria)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - CRÉDITO TRIBUTÁRIO - DESCONSTITUIÇÃO

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. DESCONSTITUIÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. MATÉRIA DE ASPECTOS FÁTICOS. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. LITISPENDÊNCIA. DENEGAÇÃO DE PLANO.

- Mandado de Segurança que ataca crédito tributário já constituído, oriundo de autos de infração relativos ao Imposto de Renda e PIS-dedução, lavrados contra a empresa impetrante. Tratando-se de matéria que envolve aspectos fáticos que clamam por dilação probatória, não pode o Juiz decidir a controvérsia sem essas provas, notadamente a pericial-contábil que, na espécie, faz-se imprescindível.
- Existindo litispendência devidamente comprovada entre o mandado de segurança e a ação ordinária anteriormente proposta com o mesmo objeto e sob idênticos fundamentos, somente a última haverá de prosperar, de vez que a matéria tributária controvertida deverá ser deslindada nas vias ordinárias.
  - Apelação desprovida. Sentença denegatória confirmada.

Apelação em Mandado de Segurança n° 3.254- PE

Relator: Juiz Orlando Rebouças

(Julgado em 17 de outubro de 1991, à unanimidade)

TRIBUTÁRIO - TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE CRUZADOS NOVOS BLOQUEADOS

EMENTA

TRIBUTÁRIO. PAGAMENTO DE IMPOSTO MEDIANTE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE CRUZADOS NOVOS BLOQUEADOS.

- Prazo de 60 dias a partir da publicação da Lei 8.024/90, de 12/4/90.
- Ineficácia de Medidas Provisórias posteriores, não confirmadas pelo Congresso Nacional.
- Verba honorária. Redução.
- Apelação e remessa oficial, esta tida como interposta, parcialmente providas.



Apelação Cível nº 11.190 - PE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 18 de fevereiro de 1992, à unanimidade)

TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA - SOCIEDADE POR QUOTAS

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. SOCIEDADE POR QUOTAS.

- Retenção quando da apuração do lucro líquido (Lei nº 7.713/88). Validade.
- Uso do permissivo do parágrafo único do art. 45, CTN.
- Apelo improvido.

Apelação em Mandado de Segurança nº 4.056 - AL

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 11 de fevereiro de 1992, à unanimidade)

TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA - ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.

- Liquidação e rateio de seu patrimônio entre os participantes.
- Incidência do IR.
- Inocorrência de isenção.
- Inteligência do art. 3º, § 4º, da Lei nº 7.713, de 22.12.88.
- Apelação e remessa oficial providas.

Apelação Cível nº 8.809 - CE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 11 de fevereiro de 1992, à unanimidade)

TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA. - ANTECIPAÇÕES

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. DECRETO-LEI 2.354/87. ANTECIPAÇÕES.

- Não é ilegal ou inconstitucional a exigência fiscal prevista no Decreto-Lei 2.354/87, referente às antecipações no IR.
- Precedentes.
- Remessa a que se dá provimento. Segurança cassada.

Remessa Ex Officio nº 4.786 - PB

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 12 de dezembro de 1991, à unanimidade)

Boletim 29 - março de 1992